

QUESTÕES OBJETIVAS DE 01 A 50

Questão 01

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se ato infracional a conduta descrita como:

- A) ilícito civil.
- B) protesto político.
- C) apenas desobediência.
- D) contravenção penal apenas.
- E) crime ou contravenção penal.

Questão 02

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- A) pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.
- B) pela Defensoria Pública a pedido de qualquer pessoa.
- C) pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- D) pelo Ministério Público a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- E) pela autoridade policial a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Questão 03

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar será fixado por:

- A) lei federal.
- B) lei estadual.
- C) lei municipal ou distrital.
- D) lei estadual, nos temas gerais, e por lei municipal nos temas específicos.
- E) lei federal da União, nos temas gerais, e por lei estadual nos temas específicos.

Questão 04

Sobre a internação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- () A medida de internação sempre será aplicada quando o ato infracional tiver reflexos patrimoniais.
- () A internação permite a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, exceto se houver expressa determinação judicial em contrário.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F
- B) V F V
- C) F V F
- D) F F V
- E) F V V

Questão 05

“A criança e o _____ gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção _____ de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, p. 1).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) menor / parcial
- B) menor / integral
- C) jovem / completa
- D) adolescente / parcial
- E) adolescente / integral

Questão 06

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, “o exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá _____” (BRASIL, 1990, p. 36).

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) presunção de idoneidade moral
- B) preferência nos concursos públicos
- C) preferência nas repartições públicas
- D) prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo
- E) prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, bem como porte de arma, nos termos da lei

Questão 07

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor:

- A) somente bem material de alto custo.
- B) somente vantagem de natureza econômica.
- C) vantagem pessoal de qualquer natureza, exceto brindes de pequeno valor.
- D) vantagem econômica de qualquer natureza, exceto brindes de pequeno valor.
- E) bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Questão 08

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever:

- A) do poder público apenas, com absoluta prioridade.
- B) da família e do poder público apenas, com absoluta prioridade.
- C) do poder público apenas, não havendo qualquer prioridade para a efetivação desses direitos.
- D) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade.
- E) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, não havendo qualquer prioridade para a efetivação desses direitos.

Questão 09

Sobre a colocação em família Substituta, de acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que o consentimento dado pelos pais é _____ até a data da audiência e os pais _____ após a prolação da sentença da extinção do poder familiar.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) irrevogável / não podem exercer o arrependimento
- B) revogável / podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias
- C) irrevogável / podem exercer o arrependimento no prazo de 30 (trinta) dias
- D) revogável / podem exercer o arrependimento no prazo de 90 (noventa) dias
- E) revogável / podem exercer o arrependimento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas

Questão 10

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, não é possível que notícia a respeito de ato infracional venha a identificar a criança ou o adolescente, proibindo-se:

- A) referência a nome, mas é possível indicar o apelido.
- B) fotografia, referência a nome e filiação, mas é possível indicar as iniciais do nome e sobrenome.
- C) referência a nome, apelido, filiação, mas é possível indicar o endereço para combater a criminalidade.
- D) fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- E) fotografia, referência a nome, apelido, filiação, mas é possível indicar o parentesco e o domicílio dos pais e do menor para combater a criminalidade.

Questão 11

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, “a criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. [...] O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro” (BRASIL, 1990, p. 7). Nesse contexto, o ECA estabelece que podem ser padrinhos:

- A) pessoas maiores de 16 (dezesesseis) anos.
- B) pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos necessariamente, inscritas nos cadastros de adoção.
- C) pessoas maiores de 24 (vinte e quatro) anos necessariamente, inscritas nos cadastros de adoção.
- D) pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos necessariamente, não se admitindo, sob nenhuma hipótese, pessoa jurídica.
- E) pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

Questão 12

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, o poder familiar será exercido, em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a Legislação Civil, assegurando a qualquer deles o direito de, em caso de discordância recorrer:

- A) ao Conselho Tutelar.
- B) ao Ministério Público.
- C) à Defensoria Pública.
- D) à Autoridade Judiciária competente.
- E) ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Questão 13

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

- A) somente marido e mulher.
- B) somente sogro e genro ou nora.
- C) somente irmãos e cunhados, durante o cunhadio.
- D) somente marido e mulher, ascendentes e descendentes.
- E) marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Questão 14

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações posteriores, não podem viajar para fora da comarca onde residem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais, e sem expressa autorização judicial, com idade,

- A) menor de 16 (dezesesseis) anos.
- B) entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos.
- C) entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.
- D) entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos.
- E) entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.

Questão 15

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações posteriores, “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas _____ e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família _____, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990, p. 28).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) provisórias / constituída
- B) provisórias / substituta
- C) definitivas / substituta
- D) perenes / biológica
- E) definitivas / natural

Questão 16

Em relação à saída de criança ou adolescente nascido em território nacional em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), expressamente, prevê:

- A) ser possível em qualquer hipótese.
- B) ser possível apenas com a autorização informal dos pais.
- C) não ser possível sem prévia e expressa autorização judicial.
- D) ser possível, sem nenhuma outra exigência para os maiores de 12 (doze) anos.
- E) ser possível, sem nenhuma outra exigência para os maiores de 14 (quatorze) anos.

Questão 17

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, é garantido o acesso de toda criança ou adolescente:

- A) ao Ministério Público, cuja função é de assistência judiciária.
- B) à Defensoria Pública, cuja função é de fiscal da lei municipal.
- C) à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- D) à Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública Municipal, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de suas instâncias.
- E) à Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública Municipal e Estadual, ao Ministério Público Municipal e Estadual, por qualquer de seus órgãos.

Questão 18

Em relação às medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) as medidas específicas de proteção não poderão ser aplicadas cumulativamente.
- B) o acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável.
- C) o acolhimento familiar ou institucional poderá se dar em qualquer localidade, ainda que distante da residência dos pais.
- D) não é necessário que o juiz mantenha, na comarca, um cadastro atualizado com os dados das crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional.
- E) verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional entregará a criança ou adolescente a sua família diretamente.

Questão 19

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, “nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar _____, observadas as regras de conexão, continência e prevenção” (BRASIL, 1990, p. 38).

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) da tentativa
- B) do resultado
- C) da consumação
- D) da ação ou omissão
- E) do resultado e da ação ou omissão

Questão 20

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, disciplina o procedimento para colocação em família substituta. “Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta [...]” (BRASIL, 1990, p. 43), este poderá ser formulado:

- A) diretamente ao Ministério Público por qualquer meio.
- B) diretamente em cartório, necessariamente por meio de advogado.
- C) em petição assinada pelo Ministério Público e Defensoria Pública cumulativamente.
- D) diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.
- E) em petição protocolada, única e exclusivamente, pela Defensoria Pública Municipal, dispensada a assistência do Ministério Público.

Questão 21

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento, cuja função é o planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, são fiscalizadas

- A) exclusivamente pelo Judiciário.
- B) exclusivamente pela Defensoria Pública.
- C) exclusivamente pelos Conselhos Tutelares.
- D) exclusivamente pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- E) pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Questão 22

“Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de serviço auxiliar destinado a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude” (BRASIL, 1990, p. 39). O dito assessoramento pode ocorrer por meio de subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, bem como no desenvolvimento de trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esse serviço auxiliar compete

- A) ao Grupo de operatividade.
- B) à Equipe interprofissional.
- C) à Equipe de estagiários.
- D) ao Grupo operativo.
- E) à Equipe operativa.

Questão 23

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, “as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]” (BRASIL, 1990, p. 24), o qual comunicará o registro:

- A) ao Ministério Público.
- B) somente ao Conselho Tutelar.
- C) à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
- D) somente à Autoridade Judiciária da respectiva Comarca.
- E) ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Questão 24

Compete ao Juiz da Infância e Juventude “[...] disciplinar, através de _____, ou autorizar, mediante _____, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo” (BRASIL, 1990, p. 39).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) portaria / alvará
- B) alvará / portaria
- C) sentença / portaria
- D) sentença / despacho
- E) despacho / sentença

Questão 25

“Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do _____, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob _____ para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública” (BRASIL, 1990, p. 44).

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente quando disciplina a apuração de ato infracional, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) Ministério Público / internação
- B) Conselho Tutelar / internação
- C) Conselho Tutelar / custódia
- D) Poder Judiciário / custódia
- E) Ministério Público / prisão

Questão 26

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, “as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, _____, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas _____, sob pena de responsabilidade” (BRASIL, 1990, p. 25).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) frequentemente / ao Ministério Público
- B) frequentemente / à Defensoria Pública
- C) ocasionalmente / ao Juiz da Infância e Juventude
- D) em caráter excepcional e de urgência / ao Juiz da Infância e Juventude
- E) em caráter excepcional e de urgência / à Defensoria Pública e ao Ministério Público

Questão 27

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, à tramitação dos processos e procedimentos previstos na lei, assim como à execução dos atos e diligências judiciais será assegurado(a):

- A) curso normal.
- B) prioridade relativa.
- C) prioridade absoluta.
- D) celeridade relativa.
- E) celeridade absoluta.

Questão 28

João de Santo Cristo trabalha como tesoureiro na Prefeitura da Cidade Divina, sendo o responsável exclusivo pela educação e cuidado de dois adolescentes. Determinado dia, em razão de atividade extra na Prefeitura da Cidade Divina, e por não ter como retornar para casa ou com quem deixar seus filhos, solicitou, por telefone, que seus dois filhos se hospedassem na pousada da cidade. A recepcionista do local recebeu os dois adolescentes, entregando as chaves do quarto. Neste caso, a pousada, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) não praticou crime algum.
- B) praticou infração administrativa punida com multa.
- C) só praticaria crime se hospedasse crianças, apenas.
- D) não praticou crime algum, pois o pai autorizou verbalmente que os adolescentes se hospedassem.
- E) não praticou infração administrativa alguma, pois o pai autorizou verbalmente que os adolescentes se hospedassem.

Questão 29

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, no procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar envolvendo pais oriundos de comunidades indígenas, é obrigatória a intervenção:

- A) do Ministério da Cultura Indígena e Direitos Humanos.
- B) do Ministério da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.
- C) de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista.
- D) de representantes do órgão estadual responsável pela política quilombola.
- E) de representantes de órgão estadual e federal responsáveis pela política indigenista.

Questão 30

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, no procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar envolvendo o pai ou a mãe presos, o Juiz da Infância e Juventude deverá:

- A) aguardar o término da pena privativa de liberdade.
- B) realizar a audiência de instrução e julgamento no interior da unidade prisional.
- C) dispensar a apresentação dos mesmos em razão da condição de privados de liberdade.
- D) requisitar a apresentação do pai ou da mãe privados de liberdade para serem ouvidos em juízo.
- E) o Estatuto da Criança e do Adolescente dispensa a presença dos pais, desde que algum responsável compareça.

Questão 31

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação, antes da sentença, poderá ser determinada:

- A) por prazo indeterminado.
- B) pelo prazo máximo de 10 (dez) dias.
- C) pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- D) pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- E) pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Questão 32

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, o consentimento dado pelos pais para colocação da criança em família substituta:

- A) pode ser manifestado antes do nascimento da criança.
- B) somente terá valor se for dado após o nascimento da criança.
- C) somente terá valor se for dado na presença de membro do Conselho Tutelar.
- D) somente terá valor se for dado na presença de membro da Defensoria Pública Estadual.
- E) somente terá valor se for dado na presença de membro da Defensoria Pública Municipal.

Questão 33

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser:

- A) conduzido em viatura da Polícia Militar.
- B) conduzido ou transportado em veículo policial.
- C) transportado em viatura policial ou qualquer carro de segurança.
- D) conduzido ou transportado em veículo da guarda municipal do distrito do local do crime.
- E) conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental.

Questão 34

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando o adolescente comete ato infracional, é correto afirmar que

- A) ele poderá ser preso preventivamente.
- B) ele poderá ser preso em flagrante delito.
- C) ele poderá ser apreendido em flagrante delito.
- D) ele poderá ser conduzido preso preventivamente.
- E) ele poderá ser levado preso em flagrante delito de crime.

Questão 35

Em relação às garantias processuais, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, um adolescente que responde à representação junto à Vara da Infância e Juventude pela prática de ato infracional

- A) não possui o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
- B) possui suas garantias flexibilizadas, não tendo direito ao devido processo legal.
- C) não possui qualquer garantia, ficando a cargo do Magistrado analisar o que pode e deve fazer.
- D) possui direito ao pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- E) não possui o direito de ter uma defesa técnica realizada por Advogado, já que o Ministério Público defende os interesses do menor.

Questão 36

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a liberação da internação será compulsória aos:

- A) 21 (vinte e um) anos.
- B) 20 (vinte) anos completos.
- C) 20 (vinte) anos incompletos.
- D) 18 (dezoito) anos completos.
- E) 16 (dezesesseis) anos completos.

Questão 37

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, “a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas _____, em procedimento _____, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações dos pais” (BRASIL, 1990, p. 8).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) judicialmente / inquisitorial
- B) judicialmente / contraditório
- C) pelo Ministério Público / inquisitorial
- D) pelo Conselho Tutelar / contraditório
- E) pela Defensoria Pública / inquisitorial

Questão 38

Em relação à concessão da remissão após o início do procedimento judicial, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- A) se trata de modalidade de medida de proteção.
- B) se trata de forma de cumprimento de internação.
- C) se trata de forma de suspensão ou exclusão do processo.
- D) se trata de forma de cumprimento de medida socioeducativa.
- E) diz respeito à forma de colocação da criança ou do adolescente em família substituta.

Questão 39

Os direitos enunciados no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, se aplicam:

- A) apenas as crianças e adolescentes em situação de rua.
- B) as crianças e adolescentes, com exceção das indígenas.
- C) a todas as crianças e adolescente, sem qualquer discriminação.
- D) apenas as crianças e adolescentes nascidos de situação familiar estável.
- E) as crianças e adolescentes, excetuando-se os nascidos de relação extraconjugal.

Questão 40

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental, que acolhe criança e adolescente, terá início mediante:

- A) alvará da autoridade judiciária ou requisição do Ministério Público.
- B) portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.
- C) portaria do Ministério Público ou representação da autoridade judiciária ou do Conselho Tutelar.
- D) alvará do Ministério Público ou requisição da autoridade judiciária ou representação do Conselho Tutelar.
- E) portaria do Conselho Tutelar ou representação da autoridade judiciária ou requisição formal do Ministério Público.

Questão 41

Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui crime punido com pena de detenção de seis meses a dois anos o ato de impedir ou embaraçar a ação:

- A) de Defensor Público, dada a importância do cargo, mesmo que não se trate de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- B) de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C) somente de representante do Ministério Público, em razão da necessidade de fiscalizar a lei, mesmo que se trate do exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) de autoridade parlamentar, membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E) de autoridade parlamentar, membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ou representante do Ministério Público ou da Defensoria Pública no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 42

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- A) apenas à Defensoria Pública Municipal.
- B) apenas ao Juiz da Infância e Juventude.
- C) apenas ao Ministério Público, com exclusividade.
- D) apenas ao Delegado Local, não sendo possível a comunicação ao Conselho Tutelar.
- E) ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Questão 43

O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início, dentre outras formas, por:

- A) representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.
- B) representação da Defensoria Pública da União, quando o Ministério Público Estadual for omissor.
- C) requisição da Defensoria Pública Municipal, quando o Conselho Tutelar for inexistente ou omissor.
- D) representação da Defensoria Pública Municipal, quando o Conselho Tutelar for inexistente ou omissor.
- E) requisição do Conselho Tutelar ou do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, quando autorizado pela autoridade judiciária.

Questão 44

Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente, o representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, gozará de:

- A) livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
- B) acesso restrito a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
- C) acesso livre a todo local onde se encontre criança, mas acesso restrito ao local onde se encontre adolescente.
- D) acesso restrito a todo local onde se encontre criança, mas livre acesso ao local onde se encontre o adolescente.
- E) acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, desde que acompanhado de membro do Conselho Tutelar.

Questão 45

Em relação ao direito à liberdade das crianças e adolescentes previsto do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- A) compreende o direito de opinião e expressão.
- B) não compreende o direito de crença e culto religioso.
- C) não compreende o direito de participar da vida política.
- D) não compreende o direito de buscar refúgio, auxílio e orientação.
- E) compreende o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários sem qualquer restrição legal.

Questão 46

Em relação ao quanto previsto na Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, no tocante às crianças de gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, é correto afirmar que

- A) ficarão a disposição do Conselho Tutelar, que poderá, livremente, encaminhá-las para guarda ou adoção.
- B) serão encaminhadas para o Ministério Público que, livremente, e com exclusividade, as encaminhará para guarda ou adoção.
- C) ficarão às disposição do Conselho Tutelar, que poderá, livremente, encaminhá-las para guarda, não podendo, porém, encaminhá-la para adoção.
- D) serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.
- E) serão encaminhadas para a Justiça da Infância e Juventude, enquanto a mãe será imediatamente encaminhada à delegacia de polícia, onde será autuada por abandono de incapaz.

Questão 47

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada:

- A) três meses.
- B) dois meses.
- C) seis meses.
- D) cinco meses.
- E) quatro meses.

Questão 48

Nos moldes do quanto estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de

- A) 18 (dezoito) meses.
- B) 12 (doze) meses.
- C) 5 (cinco) meses.
- D) 3 (três) meses.
- E) 1 (um) mês.

Questão 49

Para efeito dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, será considerada ilícita a conduta de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica:

- A) de forma gratuita, jamais onerosa.
- B) de forma onerosa, jamais gratuita.
- C) de forma gratuita na ausência dos pais.
- D) tanto onerosamente quanto gratuitamente.
- E) de forma onerosa, desde que para consumo próprio.

Questão 50

Para efeito dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica”, compreende qualquer situação que envolva

- A) criança ou adolescente em cenas de nudez real, jamais a simulada.
- B) adolescente em cenas de nudez real, jamais a simulada, ou envolvendo criança.
- C) criança em cenas de nudez real, jamais a simulada, ou envolvendo adolescente.
- D) criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.
- E) criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou fotografadas ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para qualquer fim.

QUESTÕES SUBJETIVAS (DISCURSIVA) – QUESTÕES 51 E 52

INSTRUÇÕES

- ❖ A Folha de Questões Discursivas é identificada com seus dados pessoais, confira-os com cuidado. Essa conferência é de sua inteira responsabilidade.
- ❖ EM NENHUMA HIPÓTESE, a Folha de Questões Discursivas SERÁ SUBSTITUÍDA.
- ❖ Preferencialmente, não utilize letra de fôrma. Caso o faça, destaque as iniciais maiúsculas.
- ❖ Sua produção textual, para cada questão, deverá ter o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 10 (dez) linhas. Não será considerado o texto escrito fora desse limite.
- ❖ Desenvolva suas respostas nesse Caderno de Questões, no espaço reservado ao Rascunho e, depois, transcreva-as na Folha de Respostas das Questões Discursivas, usando caneta esferográfica de tinta azul-escuro ou preta.

A Questão Discursiva será avaliada com base nos seguintes critérios:

- Abordagem técnica do tema.
- Sequência lógica.
- Coerência dos argumentos.
- Adequação de linguagem.
- Adequação à norma culta da língua portuguesa.

Será atribuída nota zero à Questão Discursiva que:

- ❖ fugir da proposta;
- ❖ estiver assinada e/ou contiver qualquer forma de identificação do candidato;
- ❖ não estiver articulada verbalmente;
- ❖ estiver escrita à lápis ou de forma ilegível;
- ❖ não cumprir o número linhas estabelecido como limite máximo (10 linhas) e mínimo (5 linhas) para cada questão;
- ❖ for apresentada em forma de verso ou tópicos;
- ❖ for apresentada em branco;
- ❖ não aborde o tema proposto;
- ❖ estiver escrita em língua diversa à Língua Portuguesa.

Questão 51

Serafim Clinton e Josefina Clinton, casal americano, residente em Nova York, chegaram em Salvador - Bahia - Brasil com o forte desejo de ter uma criança em seu lar. Na ocasião, o casal procurou o Conselho Tutelar para saber quais as possibilidades de seu sonho acontecer e qual seria a modalidade de colocação em família substituta mais adequada para eles.

Na qualidade de membro do Conselho Tutelar local, redija um texto, com no **mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) linhas**, apresentando as hipóteses legais de colocação em família substituta, bem como qual(ais) modalidade(s) possível(eis) para o casal, amparado nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 e suas alterações posteriores.

| |
|-----|
| 1. |
| 2. |
| 3. |
| 4. |
| 5. |
| 6. |
| 7. |
| 8. |
| 9. |
| 10. |

Questão 52

João de Jesus Cristo, brasileiro, nascido em 12/06/1998, responde à representação do Ministério Público em razão de ato infracional análogo ao delito de homicídio praticado contra seu colega de escola, fato ocorrido no dia 06/06/2015, em Salvador, local onde residem o adolescente e seus pais. O Juiz da Infância e Juventude julgou procedente a ação e aplicou internação na Comunidade de Atendimento Socioeducativo (CASE) Vitória da Conquista, em 16/06/2017. A genitora de João de Jesus Cristo comparece ao Conselho Tutelar para buscar informações a respeito do caso em questão. Na qualidade de membro do Conselho Tutelar local, considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), redija um texto, argumentativo com no **mínimo de 5 (cinco) e no máximo de 10 (dez) linhas**, apresentando uma análise sobre se foi correta ou não a decisão do Juiz, que aplicou a medida de internação a João de Jesus Cristo e determinou o cumprimento dessa medida na CASE do município de Vitória da Conquista.

| |
|-----|
| 1. |
| 2. |
| 3. |
| 4. |
| 5. |
| 6. |
| 7. |
| 8. |
| 9. |
| 10. |